



Aponte a câmera do celular para o QR Code e veja um vídeo com depoimento de Thiago Ávila, ativista brasileiro da flotilha

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



ORIENTE MÉDIO

Israel abre nova frente

Gabinete de Netanyahu chama presidente turco de “ditador antissemita”, em reação ao mandado internacional de prisão contra premiê judeu. Crise diplomática com a Turquia se soma à ofensiva contra Líbano e Irã e ao impasse com o Hamas

» RODRIGO CRAVEIRO

A Turquia emitiu uma ordem de prisão internacional contra o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o militar israelense Afek Moskovitch — comandante da brigada de tanques que bombardearam um hospital turco na Faixa de Gaza. O ministro da Justiça turco, Akin Gurlek, anunciou que a decisão se insere em uma investigação sobre a detenção de ativistas que faziam parte da flotilha humanitária rumo à Faixa de Gaza. Os 430 tripulantes dos 50 barcos da flotilha foram capturados pelas Forças de Defesa de Israel e enviados à prisão de Kiziot, antes da deportação. Imagens divulgadas pelo ministro da Segurança Nacional israelense, Itamar Ben-Gvir, mostravam os ativistas com as mãos amarradas às costas e a testa encostada no chão.

“No âmbito do processo judicial relativo ao ataque em águas internacionais contra os ativistas da Flotilha (...) e, em conformidade com os mandados de prisão emitidos em 14 de julho de 2026 contra Benjamin Netanyahu e Afek Moskovitch por ‘genocídio’, o Ministério da Justiça solicitou ao Ministério do Interior que emita o alerta vermelho visando à sua prisão internacional”, afirmou o ministério turco.

A reação do gabinete de Netanyahu foi rápida e intempestiva. “Erdogan é um ditador antissemita que massacrou curdos, ocupa metade do Chipre e prende um número recorde de jornalistas e políticos que se opõem a ele”

Chad Zwingenberg/AFP



Yasin Akgu/AFP



Erdogan é um ditador antissemita que massacrou curdos, ocupa metade do Chipre e prende um número recorde de jornalistas e políticos que se opõem a ele"

Gabinete do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu



Essa manobra política barata de Netanyahu e seus aliados, que também visa obter vantagem pessoal nas eleições, não tem qualquer peso"

Gabinete do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan

Organizador e membro da coordenação internacional da flotilha humanitária, o brasileiro Thiago Ávila comentou ao **Correio** a decisão de Erdogan. “É um alívio ver que o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, está sendo minimamente responsabilizado

e nomeado pelos crimes que tem cometido. A interceptação e o sequestro de ativistas da missão humanitária da flotilha em águas internacionais, sem cometerem absolutamente nenhum crime e seguindo o direito internacional, são uma afronta e devem levá-lo à

responsabilização, nos termos da legislação internacional”, declarou. “O problema não é somente o que ele faz com os ativistas da flotilha. O problema está no fato de Netanyahu ser o principal responsável por um genocídio que, nos últimos três anos, escalou, mas

representa oito décadas de limpeza étnica contra o povo palestino.” Ávila, que foi preso duas vezes por Israel, lembrou que as missões da flotilha humanitária “não são um fim em si mesmas”. “Elas vão à Faixa de Gaza para demonstrar solidariedade ao povo palestino. É um contrassenso

que Netanyahu seja colocado com o código vermelho na lista da Interpol por ataques à flotilha, se ele está atacando crianças, hospitais, creches, abrigos e civis o tempo todo em Gaza. Vangloriando-se e utilizando isso como moeda de troca para manter sua hegemonia política.”

Colonos retornam a assentamento na Cisjordânia

Em meio às repetidas incursões de colonos judeus contra vilarejos palestinos no território da Cisjordânia, ocupada por Israel desde 1967, uma nova leva de israelenses começou a instalar-se no assentamento de Kedim, próximo à cidade árabe de Jenin. Desmontada há duas décadas, a colônia foi restabelecida por decisão do gabinete do premiê Benjamin Netanyahu. O movimento se segue à licitação aberta para a construção de 1.200 moradias para um novo assentamento a

leste do setor oriental (árabe) de Jerusalém, anexado por Israel sem reconhecimento internacional.

As primeiras 30 “famílias de pioneiros”, como são chamadas pelos apoiadores, chegaram a Kedim na terça-feira, com escolta militar, passando ao largo de vilarejos sob o olhar receoso dos moradores palestinos. Na cerimônia de reabertura oficial, o ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, um dos expoentes do setor ultranacionalista no governo Netanyahu,

condenou a proibição imposta em 2005 à colonização na área de Jenin e invocou, em seu discurso, o nome bíblico hebraico para a Cisjordânia.

“Passados 21 anos do crime de nossa expulsão do norte da Samaria, acabamos de desfazer a injustiça e retornamos a Kadim”, afirmou, ao lado do ministro da Justiça, do presidente da Knesset (Parlamento israelense) e do líder do conselho local dos colonos. Kadim foi o último dos quatro assentamentos da área a ser

restabelecido, depois de o atual gabinete ter revogado a proibição imposta em 2005, que resultou na retirada, pelo Exército, de milhares de colonos.

Na ocasião, o premiê Ariel Sharon, então líder do mesmo partido de Netanyahu, o Likud, promovia uma política unilateral de “desengajamento” entre Israel e os palestinos, que incluiu a remoção completa dos assentamentos da Faixa de Gaza. A área de Jenin, no extremo norte da Cisjordânia, foi considerada de

difícil proteção e baixo valor estratégico. Com o retorno, estão em fase final de instalação duas novas bases militares e um posto avançado próximo ao campo de refugiados de Jenin — de onde Israel removeu milhares de refugiados, em 2025.

Confronto

Um palestino de 17 anos foi morto ontem nos arredores do vilarejo de Sa’ir, no sul da Cisjordânia, durante

um confronto entre moradores e um grupo de colonos judeus que invadiram a área em nome de promover uma “caminhada” — prática habitual dos israelenses, que a população local classifica como uma “incursão”. O chefe do grupo paramilitar de segurança dos colonos abriu fogo contra os habitantes que tentavam afastá-los a pedradas. O jornal *The Times* of Israel teve acesso a imagens que mostram uma construção em chamas no vilarejo.

CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.BSB@GMAIL.COM

TRUMP ACUMULA PASSOS EM FALSO

Não são apenas os rivais ou adversários dos Estados Unidos que queimam a pestana no esforço de compreender os movimentos da Casa Branca sob Donald Trump — e, naturalmente, determinar os próprios passos em correspondência. Depois dos sócios na Otan, notadamente os europeus, agora é a vez dos asiáticos.

A Coreia do Sul, mais particularmente, vem de abreviar uma edição das tradicionais manobras militares conjuntas depois que o presidente norte-americano anunciou, de última hora, a decisão de limitar os exercícios. Como de costume, Trump cobrou reciprocidade: fez questão de frisar que a atividade é cara, que os EUA bancam a conta e lembrou que, ainda há pouco, o governo de Seul declinou o “convite” para somar-se ao esforço naval para reabrir

o tráfego no Estreito de Ormuz.

Também como desdobramento da guerra iniciada — em parceria com Israel — contra o Irã, Washington vem de retirar do Pacífico asiático o único porta-aviões em missão na área. O George Washington substitui no Oriente Médio o Abraham Lincoln, onde nove meses de atividade, sem aportar, resultaram em sérios problemas logísticos e incidentes relacionados à saúde mental da tripulação. Paralelamente, foram deslocados da região rumo ao Golfo Pérsico também sistemas de defesas antimísseis, diante da carência de estoques para repor as baterias usadas em larga escala nos primeiros movimentos da guerra contra o Irã.

Japão e Filipinas, além dos aliados sul-coreanos, observam o movimento

com receio. Assim como os europeus, os asiáticos começam a estudar mais seriamente as opções para garantir a própria segurança — no caso, diante da ascensão também militar da China — sem depender exclusivamente da grande potência ocidental.

Lei de Murici

É precisamente no Oriente Médio que o passo em falso tomado por Trump no último dia de fevereiro produz impactos mais evidentes e profundos. O cálculo inicial de que bastariam alguns dias ou semanas para “completar o serviço”, forçando uma rendição do Irã e, possivelmente, a queda do regime islâmico, custou caro às petromonarquias árabes aliadas a Washington. O reve de Teerã não apenas tornou praticamente inoperantes as bases estadunidenses na orla do Golfo: os aliados locais sofreram também pesados danos em sua infraestrutura, em especial a do setor petrolífero.

A Arábia Saudita, que há alguns anos empreende a construção de um aparato próprio de defesa, vem de concluir com

os EUA um acordo de cooperação nuclear. Mas, como complemento, selou um pacto de defesa comum com dois importantes aliados muçulmanos: Turquia e Paquistão.

Lá, como cá, vale o dito da popular “lei de Murici”: cada um cuida de si.

Errou o CEP

A repentina concentração de esforços bélicos na guerra com o Irã Médio contraria frontalmente a estratégia de segurança nacional e defesa enunciada em novembro passado, como é dever de todo presidente dos EUA. Ali, a China é identificada como o adversário de logo alcance, na disputa pela hegemonia global. E, justamente em nome de conter o avanço multifacetado de Pequim, o documento define como terreno prioritário a América Latina — que a terminologia da Casa Branca e do Departamento de Estado volta a chamar de “quintal”.

O texto descarta, explicitamente, o envolvimento em operações para mudar regimes e “construir países” no Oriente Médio, em linha com a crítica devastadora do candidato Trump, na campanha vitoriosa

de 2024, às “guerras sem fim” empreendidas pelos antecessores democratas no Afeganistão e no Iraque.

Linhas tortas

Passados quase seis meses, e sem horizonte visível para encerrar com vitória a empreitada “encomendada” pelo premiê israelense, Benjamin Netanyahu, o presidente dos EUA passa a pilotar a política externa com a bússola voltada para as eleições legislativas do início de novembro. Com a aprovação em queda livre e sob risco de perder a maioria ao menos no Senado, o magnata que se fez na selva do mercado imobiliário — incluindo os hotéis-cassino — dobra aposta naquela que sua estratégia definia como área prioritária.

Depois do sucesso fulminante na Venezuela, nos primeiros dias do ano, joga bruto no bloqueio naval que asfixia o fornecimento de petróleo a Cuba. Paralelamente, coloca fichas na corrida presidencial do Brasil — com segundo turno duas semanas antes da disputa doméstica pelo Congresso — para completar um ciclo bem-sucedido em que ajudou a eleger aliados em um punhado de países latino-americanos.